

**INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00000486-6**

**OBJETO:** *Regulamentar supostas irregularidades constatadas por meio do Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Produtos de Origem Animal no estabelecimento Supermercado Compre Fácil.*

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**N. 06.2018.00000486-6**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado, neste ato, por seu Promotor de Justiça Neori Rafael Krahl, e Vinícius Schemes, representante legal do **da pessoa jurídica**, Supermercado Compre Fácil, **CNPJ:20.43.926/0001-70** com sede na Rua Erva Mate, nº 18, Habitação ,CEP: 88.511.393 Lages/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, autorizados pelo art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e pelo art. 89 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; e:

**CONSIDERANDO** a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses difusos prevista no art. 129, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil; no art. 26, inciso I da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, no art. 81, parágrafo único, inciso I e no art. 82, inciso I, ambos do Código de Defesa do Consumidor; bem como nos arts. 5º, 6º e 7º, todos da Lei n. 7.347/85;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º, inciso XXXII, da Constituição da República Federativa do Brasil impõe ao Estado a promoção, na forma da lei, da defesa do consumidor, e ainda, que o art. 170, inciso V, erige como princípio constitucional a defesa do consumidor;

**CONSIDERANDO** o Plano Geral de Atuação desta Instituição, na área do consumidor, que resolveu implementar ações visando resguardar a saúde e a segurança dos consumidores de produtos de origem animal que não atendam às normas sanitárias, culminando com a criação do Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Produtos de Origem Animal – POA;

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, inciso I, institui que é direito básico do consumidor, dentre outros, *"a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos"*;

**CONSIDERANDO** que o art. 10 do Código de Defesa do Consumidor estabelece que *"o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber de alta periculosidade à saúde ou segurança"*, cabendo também à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme o §3º deste mesmo artigo, informar aos consumidores sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços a sua saúde ou segurança;

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 18, §6º, inciso II, dispõe que *"são impróprios para consumo os produtos deteriorados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação"*;

**CONSIDERANDO** que o mesmo diploma legal, em seu art. 31, preceitua que *"A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazo de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores"*;

**CONSIDERANDO** que o art. 39, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor veda *"ao fornecedor de produtos ou serviços colocar no mercado de consumo qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes"*;

**CONSIDERANDO** que nos dias 24 à 26 de Outubro de 2017, ocorreu nesta Comarca a fiscalização do Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Produtos de Origem Animal – POA, tendo como envolvidos Vigilância Sanitária Estadual e Municipal e chegou a esta Promotoria de Justiça, por meio do Relatório de Vistoria, informações de que o estabelecimento comercial Branco Mercado, naquelas datas, armazenava produtos de origem animal sem identificação de procedência, bem como produtos de origem animal não inspecionados e congelados, **consubstanciados em: 195,025 KG de produtos de origem animal irregulares;**

**CONSIDERANDO** demonstrar o **COMPROMISSÁRIO** disposição em regularizar suas atividades econômicas;

**RESOLVEM:**

Formalizar o presente instrumento de **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85, e no art. 19 do Ato nº 335/2014/PGJ, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Compromete-se o **COMPROMISSÁRIO** a cumprir fielmente as normas vigentes relacionadas às condições higiênico-sanitárias, em todos os estabelecimentos de sua rede visando sempre a saúde do consumidor.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a sanar as irregularidades apontadas pelo Relatório de Vistoria, deixando de praticar as condutas lá indicadas, acondicionando adequadamente os produtos que expõe à venda e mantendo a identificação de origem em TODOS os

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE LAGES  
produtos de origem animal, conforme determinado pela norma de regência, no prazo de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA TERCEIRA – O COMPROMISSÁRIO**, como medida de compensação indenizatória pelos danos provocados aos direitos difusos e individuais homogêneos tutelados pelo presente instrumento, pagará, ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ n. 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça, o valor de R\$ 1.600 (mil e seiscentos reais), em 5 parcelas de R\$ 320,00 cada uma, com vencimento para: 25/05/2018, 25/06/2018, 25/07/2018, 25/08/2018.

**Paragrafo Único** - Para comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça cópia do comprovante em até 5 (cinco) dias após a data do pagamento.

**CLÁUSULA QUARTA** - Pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ora assumidas o **COMPROMISSÁRIO** pagará ao FRBL, mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) reajustado pelo INPC. **Esta cláusula é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda, que no mesmo período.**

**CLÁUSULA QUINTA – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** compromete-se a não adotar qualquer medida judicial de ordem civil contra o **COMPROMISSÁRIO**, com referência ao ajustado, caso venha a ser cumprido o disposto neste instrumento; ;

**CLÁUSULA SEXTA** – Todas as cláusulas previstas neste instrumento têm aplicação imediata;

**CLÁUSULA SÉTIMA – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO**

**ESTADO DE SANTA CATARINA** poderá, a qualquer tempo, com a devida anuência dos signatários, diante de novas informações, ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, neste caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em decorrência deste instrumento.

Comunique-se, por meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CCO.

Nesta oportunidade, ainda, fica ciente o **COMPROMISSÁRIO** de que o presente procedimento será arquivado e posteriormente remetido ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação.

E por estarem assim comprometidos, firmam as partes este termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, que possuem eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, consoante dispõe o art. 19 do Ato nº 335/2014/PGJ.

Lages, 26 de abril de 2018.

**Neori Rafael Krah**  
**Promotor de Justiça**

**Vinícius Schemes**  
**Supermercado Compre Fácil**  
**Compromissário**